

## Radar Anticorrupção que estimular servidores do Estado a denunciar irregularidades

Edimarcio A. Monteiro  
edimarcio.augusto@cac.com.br

Apenas quatro em cada dez agentes públicos do governo paulista se dispõem a denunciar casos de corrupção, caso tenham conhecimento de alguma ocorrência. É o que revela a Pesquisa de Percepção sobre Integridade Pública realizada pela Controladoria Geral do Estado (CGE), órgão responsável pela implantação do programa Radar Anticorrupção, lançado no começo deste mês para a adoção de ações de prevenção, detecção e punição de prática de corrupção, fraude e desvios éticos.

A pesquisa teve a participação de 17.340 servidores públicos, o que representa 2,44% dos 709.933 agentes ativos lotados nas secretarias, autarquias, empresas e fundações do governo do Estado de São Paulo. Encerrado no dia 1º de maio, o levantamento revela ainda que apenas 53% dos participantes sabem como denunciar os casos de transgressão e somente 50% conhecem algum canal de denúncia existente.

#### Grupo de trabalho vai estabelecer programas e projetos prioritários

"Em que pese os dados mostrarem as fragilidades de integridade na administração pública estadual, eles também nos abrem um mundo de oportunidades de aprimoramentos e trabalhos a serem realizados", disse o controlador geral do Estado, Wagner do Rosário. Ele faz a avaliação com base na própria pesquisa, que mostra ainda que 91% dos entrevistados se mostram dispostos a fazer denúncias de irregularidades se tiverem certeza de que os seus dados serão protegidos, índice que sobe para 97% se tiverem garantia que não sofrerão represálias.

#### PRIMEIRAS AÇÕES

O Radar Anticorrupção prevê a implantação de 83 ações até 2026 de combate à corrupção, nepotismo, assédio moral e sexual, crimes e irregularidades que envolvem a gestão e recursos públicos. Eles envolvem controle interno; cooperação e articulação internacional; gestão e governança; incentivar e regular mecanismos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia; investigação, disponibilizar canais para receber e examinar denúncias e reclamações; prevenção ao conflito de interesse; transparência e controle social; e responsabilização de pessoas físicas e jurídicas envolvidas em casos de irregularidades.

O decreto estadual nº 67.681, de criação do programa, exige que todas as secretarias, autarquias e fundações paulistas criem suas próprias unidades de gestão de integridade. A partir daí, devem estruturar um conjunto de ações e medidas para prevenir e combater os problemas verificados. "A corrupção ocorre em todos os países do mundo. Ela é silenciosa e pode atingir nossas atividades corriqueiras, como compras públicas, concessões de alvarás e licenças, concessões de benefícios tributários e sociais", afirmou Rosário.

O governo de São Paulo tem um orçamento previsto para este ano de R\$ 317 bilhões, o segundo maior do País, inferior apenas ao do governo federal. Desse total, R\$ 31 bilhões serão destinados para este ano de R\$ 317 bilhões, o segundo maior do País, inferior apenas ao do governo federal. Desse total, R\$ 31 bilhões serão destinados para este ano de R\$ 317 bilhões, o segundo maior do País, inferior apenas ao do governo federal. Desse total, R\$ 31 bilhões serão destinados para este ano de R\$ 317 bilhões, o segundo maior do País, inferior apenas ao do governo federal.



Governador Tarcísio de Freitas lançou o programa Radar Anticorrupção que vai adotar várias ações de prevenção, detecção, punição de prática de corrupção, fraude e desvios éticos

#### RADAR ANTICORRUPÇÃO

## Programa prevê 83 ações contra corrupção no Estado de SP

Medidas incluem combate ao nepotismo, assédio moral e sexual, entre outros crimes



Cientista político Bruno Pinheiro Wanderley Reis, considera que o atual sistema político é "corrupto por lei" ao produzir demanda alta por recursos

mentos de R\$ 180,17 bilhões em todo o Estado. Entre eles, está a implantação do Trem Integridades São Paulo-Campinas, o TIC.

"Todo esse dinheiro está submetido a algum risco de corrupção", disse o controlador geral do Estado. De acordo com a pesquisa realizada pela CGE, 65,5% dos servidores disseram desconhecer algum canal ou unidade que possa consultar nos casos de dúvidas que envolvam a conduta correta a ser adotada em situações passíveis de ocorrer no dia a dia do ambiente de trabalho, como o recebimento de um brinde ou presente nas relações públicas.

Entre as ações do plano anticorrupção está a realização contínua de campanhas de integridade que envolvam

práticas triviais, mas 88% dos agentes que responderam a pesquisa disseram que esse assunto nunca foi tema de alguma reunião ou debate no órgão em que trabalha. O programa prevê ainda a adoção de sistemas de tecnologia de informação que permitam ampliar ou aprimorar a fiscalização das contas públicas.

"As consequências da corrupção se materializam em situações indesejáveis para a população, como recursos escassos em atividades improdutivas, o incremento da desigualdade social e a destruição da confiança dos cidadãos em seus representantes e instituições", afirmou Rosário.

O governo paulista também instituirá, em breve, um comitê multissetorial composto pela Controladoria Geral do Estado e pelas Secretarias da Casa Civil, Justiça e Cidadania, Segurança Pública e Gestão e Governo Digital, além da Procuradoria-Geral do Estado. Ele ficará responsável pela estruturação das diretrizes de compliance na gestão estadual e elaboração de novas políticas públicas contra a corrupção. Além disso, o grupo de trabalho também vai estabelecer programas e projetos prioritários.

#### REAÇÕES

Para a procuradora-geral do Estado, Inês Coimbra, além dos resultados diretos no combate à corrupção, "também há ganhos secundários que não são menores, como maior transparência da atuação administrativa e na proteção do bom gestor". O órgão exerce as atividades de consultoria e assessoramen-

tos econômicos que a corrupção causa ao País. O custo médio representa de 1,38% a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, gira em torno de R\$ 137 bilhões a R\$ 228 bilhões por ano. Para se ter uma dimensão do que isso representa, o valor básico é quase igual a todo o recurso previsto pelo governo federal para a educação este ano, R\$ 147,4 bilhões.

Para o economista e cientista político Bruno Pinheiro Wanderley Reis, a solução da corrupção "não está em prender todo mundo". Ele é pesquisador do estudo Dinheiro e Política: A Influência do Poder Econômico no Congresso Nacional, no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e considera que a corrupção na política brasileira "não é mais fator desviante, e sim comportamento padrão".

"A leitura é que você prende os corruptos, e então vão ficar só os não-corruptos. Isso é conversa fiada, uma bobagem", afirmou. "Você tem que combater corrupção, sim, é uma tarefa permanente do Estado, mas é mais ou menos como empresa de computação criando antivírus. Ela não vai conseguir extinguir os vírus. Ela vai fazer antivírus o tempo todo. Isso não tem um ponto de chegada", comparou.

Para Reis, o atual sistema político é "corrupto por lei" por produzir uma demanda muito alta por recursos fragmentados e precisa passar por uma reforma para reduzir seu tamanho. O cientista político considera que a solução passa por fechar o modelo de votação, que passaria a ser em partido e não em candidatos, e reduzir o número dos que disputam os cargos públicos e também dos partidos existentes. O pesquisador defende o aumento do quociente eleitoral, sistema pelo qual a distribuição das cadeiras na Legislativa nas eleições é proporcional ao número de votos da legenda.

"Isso automaticamente diminuiria o número de partidos no plenário", disse.

